

**BVA EMPREENDIMENTOS S.A.**  
CNPJ/MF Nº 04.794.781/0001-94  
NIRE Nº 33.3.0026917-7

## **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA NO DIA 06 DE JANEIRO DE 2004 ÀS 10:00 HORAS**

**DATA, LOCAL E HORA:** 06 de janeiro de 2004, na sede da sociedade na Avenida Almirante Barroso, nº 52 – 19º andar, nesta cidade, às 10:00 horas.

**MESA:** José Augusto Ferreira dos Santos, Presidente e Fábio Murilo Costa D'avila Carvalho, Secretário.

**PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social.

**CONVOCAÇÃO:** Independente de publicação, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

**ORDEM DO DIA:** Deliberação sobre: (i) Aprovar alterações das condições e características da 2ª emissão de Debêntures da Companhia, deliberada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2003, em atendimento às exigências da CVM; (ii) Em razão da deliberação anterior, consolidar as condições e características da 2ª emissão de Debêntures da Companhia; (iii) Outros assuntos de interesse dos acionistas.

**DELIBERAÇÃO:** Decidiu a Assembléia, por unanimidade: (a) Aprovar alterações nos das condições e características da 2ª emissão de Debêntures da Companhia, deliberada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2003, em atendimento às exigências da CVM; (b) Em razão da deliberação anterior, consolidar as condições e características da 2ª emissão de Debêntures da Companhia, que passa a ter as seguintes características básicas:

### **D) DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO:**

#### **I.1.Número da Emissão:**

A presente assembléia autoriza a segunda emissão de debêntures, em uma única série.

#### **I.2.Montante da Emissão**

O montante da presente emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão

#### **I.3.Destinação dos Recursos**

Os recursos obtidos pela Companhia por meio desta emissão de debêntures serão aplicados no aumento de capital do Banco BVA S/A, qualificado no item 4.5.2. da Cláusula IV desta Escritura de Emissão, e na formação de capital de giro da Companhia nos valores correspondentes a 60 % (sessenta por cento) e 40 % (quarenta por cento) respectivamente do total obtido na emissão, conforme os percentuais e valores (considerando a colocação total das debêntures) constantes nas tabelas abaixo:



Fontes	%	Valor (R\$)
Segunda emissão de debêntures, com garantia real	100	50,000,000.00

Usos	%	Valor (R\$)
Aumento de capital do Banco BVA S/A	60	30,000,000.00
Capital de Giro	40	20,000,000.00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>50,000,000.00</b>

Com a aplicação dos recursos, a situação patrimonial da Companhia *pro-forma* será a seguinte, base 30 de setembro de 2003:

Ativo <i>Pro Forma</i>		Passivo <i>Pro Forma</i>	
	Em R\$ mil		Em R\$ mil
Circulante	35.071	Circulante	55
Realizável a Longo Prazo	0	Exigível a Longo Prazo	69.954
Permanente	142.665	Patrimônio Líquido	107.727
Investimentos	142.065		

O Banco BVA S/A objetiva aumentar o volume de suas operações de crédito com os recursos obtidos desta emissão.

#### **1.4. Colocação e Procedimento**

As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/9/80, de modo que o Banco Coordenador efetuará a colocação das Debêntures mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente. Não haverá reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

##### **1.4.1. Prazo de Colocação**

As debêntures desta emissão poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública que será de até 6 (seis) meses a contar da data de registro de distribuição pública concedido pela CVM.

A qualquer momento durante o prazo de subscrição, as debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas poderão ser canceladas, a exclusivo critério da Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, sendo então considerado para os efeitos encerrado o prazo de distribuição, devendo a Companhia proceder à publicação do Anúncio de Encerramento de distribuição no prazo previsto da legislação em vigor. Sem prejuízo do acima exposto, encerrado o prazo de distribuição, as debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.



### **I.5.Banco Mandatário**

O Banco BVA S.A. será o Banco Mandatário da Companhia junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures.

## **II) DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **II.1.Características Básicas**

#### **II.1.1.Valor Total da Emissão**

O valor total da emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

#### **II.1.2.Valor Nominal Unitário**

O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.

#### **II.1.3.Número de Séries**

A emissão será feita em série única.

#### **II.1.4.Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, em série única.

#### **II.1.5.Data de Emissão**

A data de emissão das debêntures será o dia 01 de outubro de 2003 ("Data de Emissão").

#### **II.1.6.Prazo e Data de Vencimento**

O prazo das debêntures será de 7 (sete) anos, vencendo-se, portanto, em 01 de outubro de 2010, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de aquisição obrigatória.

#### **II.1.7.Forma**

As debêntures serão da forma nominativa não endossável.

#### **II.1.8.Certificados de Debêntures**

A Companhia somente emitirá certificados de debêntures aos debenturistas mediante solicitação por escrito, os quais serão entregues até o prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data de solicitação. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Adicionalmente, será expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no referido Sistema.



### **II.1.9. Conversibilidade**

As debêntures não serão conversíveis em ações.

### **II.1.10. Espécie**

As debêntures serão da espécie com garantia real, conforme disposto no item II.5 abaixo.

### **II.2. Atualização do Valor Nominal**

O valor nominal da debênture não será atualizado.

### **II.3. Remuneração**

#### **II.3.1. Juros**

As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105 % (cento e cinco por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da Data de Emissão das debêntures; e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo. Define-se:

- a. Período de Vigência de Juros - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definido pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia encerrando-se na data da correspondente repactuação;
- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos na data de vencimento do Período de Capitalização, sendo o primeiro vencimento em 1º de outubro de 2005, data da primeira Repactuação das debêntures;
- c. Subperíodo de Capitalização - intervalo de tempo definido de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - c.1) o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão das debêntures e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Desta forma, o primeiro Subperíodo de Capitalização é de 1 (um) dia útil, posto que este foi o prazo definido pela Taxa DI apurada no dia 1º de outubro de 2003, Data de Emissão das debêntures. Assim sendo, o primeiro Subperíodo de Capitalização iniciou-se em 1º de outubro de 2003 e terminou no dia 2 de outubro de 2003;
  - c.2) os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI na data de vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização. Cada Subperíodo de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;



c.3) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério pro rata temporis por dias úteis para a Taxa DI e para o spread, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \text{Fator DI} - VNe$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{FM}{100} \right) \right]$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de taxas DI Over;

$TDI_k$  = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

$DI_k$  = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

$d_k$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

FM = Fator Multiplicador aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais. No caso do 1º Período de Capitalização, FM = 105;

**II.3.1.1.A** Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**II.3.1.2.** No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do Fator Multiplicador, até a data do



cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

**II.3.1.3.** Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Companhia, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

**II.3.1.4.** É facultado à Companhia, caso não haja o acordo referido no item 4.3.1.3. desta Cláusula, entre ela e os Debenturistas que representem, no mínimo, 66 % (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias da data da realização da Assembleia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a repactuação das condições das Debêntures, conforme o item II.4., pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada de forma *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do Spread. Nesse caso, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Companhia, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida neste item II.3.1., observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Companhia na referida Assembleia de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa nova taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

#### **II.4. Repactuação**

Deverá o Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre as condições a vigorar nos próximos períodos de vigência da remuneração. As deliberações da Companhia sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia por intermédio de publicação, conforme item II.8.1 desta Assembleia, até 10 (dez) dias antes do encerramento de cada período de vigência da remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) as condições da remuneração e atualização monetária se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração; e
- c) as datas de vencimento de juros.

Fica desde já definido que o primeiro período de vigência da remuneração das debêntures terá início na Data de Emissão das debêntures e vencimento em 1º de outubro de 2005, data da 1ª repactuação.

Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Companhia para o próximo período de vigência da remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Companhia, os debenturistas poderão, entre 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia anterior à data de repactuação, manifestar, através do Sistema de Liquidação e Custódia ou na sede da Companhia, sua opção de



exercer o direito de venda de suas debêntures à Companhia, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das debêntures na hipótese de não publicação das condições de remuneração a que se refere este item.

A Companhia se obriga a adquirir a totalidade das debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Companhia, para o período subsequente. As debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

As debêntures dessa forma adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado.

## **II.5. Garantias**

### **II.5.1. Limite da Emissão**


A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, posto que, na Data de Emissão, o valor do capital social da Companhia é de R\$ 106.097.940,00 (cento e seis milhões, noventa e sete mil, novecentos e quarenta reais), e o valor da 1ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$ 19.969.118,41 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e dezoito reais, quarenta e um centavos).

**II.5.2.** Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes das debêntures, como valor nominal, atualização monetária, se houver, remuneração, encargos moratórios e mora, as debêntures da presente emissão contarão com garantia real, consubstanciada pelo penhor concedido pela Companhia neste ato aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro de:

- (i) 4.115.624 (quatro milhões, cento e quinze mil, seiscentos e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas e 35.616.611 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e onze) ações preferenciais nominativas ("Ações Penhoradas"), todas de emissão do Banco BVA S/A, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso nº 52, 19º andar, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 32.254.138/0001-03, de titularidade da Companhia, avaliadas pelo seu valor patrimonial em 30 de junho de 2003, conforme disposto no item II.5.1 acima; e
- (ii) todos os dividendos, bonificações e demais direitos relativos e atribuídos às Ações Penhoradas.

**II.5.2.1.** As 4.115.624 (quatro milhões, cento e quinze mil, seiscentos e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas de emissão do Banco BVA S/A de titularidade da Companhia representam 11,56% (onze inteiros, cinquenta e seis centésimos por cento) das ações ordinárias nominativas de emissão do Banco BVA S/A e as 35.616.611 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e onze) ações preferenciais nominativas de emissão do Banco BVA S/A de titularidade da Companhia representam 100% (cem por cento) das ações preferenciais nominativas de emissão do Banco BVA S/A, representando conjuntamente 55,78% (cinquenta e cinco inteiros e setenta e oito centésimos por cento) da totalidade das ações de emissão do Banco BVA S/A.

**II.5.3.** A Companhia declara neste ato, assumindo responsabilidade civil e penal, que as Ações Penhoradas encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames, podendo ser



penhoradas, vendidas ou alienadas, judicial ou extrajudicialmente, não existindo qualquer restrição ao penhor, venda ou alienação das Ações Penhoradas.

**II.5.4.** Na hipótese de, por qualquer motivo, a Companhia deixar de cumprir quaisquer de suas obrigações assumidas na Escritura de emissão, o Agente Fiduciário ficará imediatamente investido de todos os poderes necessários para executar o presente penhor, bem como efetuar a venda judicial ou extrajudicial das Ações Penhoradas, na forma abaixo definida, independente de notificação, comunicação, interpelação ou de qualquer outra formalidade.

**II.5.5.** A Companhia nomeia e constitui, neste ato, o Agente Fiduciário seu bastante procurador, na forma do parágrafo único do artigo 686 do Código Civil Brasileiro, conferindo poderes expressos, especiais, irrevogáveis e irretratáveis, para, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações assumidas neste instrumento, transferir, parte ou a totalidade de Ações Penhoradas, visando o pagamento parcial ou total dos valores devidos aos debenturistas.

**II.5.6.** O produto apurado com a eventual transferência de Ações Penhoradas, nos termos acima dispostos, será aplicado no pagamento da dívida e seus acessórios, contratuais ou legais, conforme for devido, suportando a Companhia todas as despesas que o Agente Fiduciário incorrer com a execução desta garantia ou a transferência das Ações Penhoradas. Se houver saldo devedor remanescente, ele deverá ser imediatamente coberto pela Companhia, que se obriga a pagar o que for devido em 5 (cinco) dias a contar da data em que lhe for, por escrito, dada ciência do montante do saldo devedor.

**II.5.7.** A Companhia se compromete a providenciar a averbação do presente penhor no seu competente Livro de Registro de Ações, de acordo com o artigo 39 da Lei nº 6.404/76, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da assinatura da Escritura de emissão. Cópia autenticada do penhor lavrado no livro próprio, comprobatório da averbação do presente penhor em favor do Agente Fiduciário deverá ser entregue pela Companhia no mesmo prazo de 24 (vinte e quatro) horas. A não observância dos prazos aqui previstos ensejarão o disposto no item II.5.4 acima.

**II.5.8.** Obriga-se a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, a:

- (i) tão somente autorizar o levantamento da Ações Penhoradas e/ou de outras formas que venham a ser penhoradas por força da Escritura de emissão ou de seus eventuais aditamentos, assim como a baixa do presente penhor, com expressa autorização prévia, por escrito, do Agente Fiduciário, sendo que qualquer ato contrário aqui ao disposto será considerado nulo de pleno direito;
- (ii) constituir em favor dos debenturistas, em penhor, durante a vigência da emissão, eventuais ações distribuídas por bonificações, relativamente às Ações Penhoradas; e
- (iii) adotar todas as demais providências relativamente às Ações Penhoradas que lhe forem solicitadas pelo Agente Fiduciário;

**II.5.9.** O presente penhor, durante toda a sua vigência, e no caso de vir a ser executado, abrangerá as Ações Penhoradas, bem como os direitos a elas inerentes, inclusive os direitos de voto e os direitos a quaisquer proventos de qualquer espécie que com relação às Ações Penhoradas venham a ser distribuídos. A Companhia poderá dispor livremente os dividendos ou juros sobre o capital próprio recebidos durante a vigência do penhor. No caso de declaração de vencimento antecipado das debêntures, o Agente Fiduciário notificará o Banco BVA S/A para que efetue o pagamento dos dividendos ou dos juros sobre o capital próprio diretamente em conta corrente vinculada, aberta em nome do Agente Fiduciário que, em seguida, efetuará o pagamento proporcional aos debenturistas, deduzidos os custos e despesas incorridos.





**II.5.10.** Às Ações Penhoradas são conferidos os seguintes direitos, na forma do Estatuto Social do Banco BVA S/A: (i) cada ação ordinária nominativa corresponde a um único voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco BVA S/A; e (ii) as ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, mas terão prioridade na distribuição de dividendos, não cumulativos, no mínimo de 10% (dez por cento) a mais que os pagos às ações ordinárias e terão prioridade no reembolso do capital social.

**II.5.11.** As Ações Penhoradas representam, na Data de Emissão, o valor correspondente a 125 % (cento e vinte e cinco por cento) do valor de emissão das Debêntures, conforme o quadro a seguir:

Volume de Emissão das Debêntures	R\$ 50.000.000,00
Quantidade de Ações ON dadas em garantia	4.115.624 ações ON
Quantidade de Ações PN dadas em garantia	35.616.611 ações PN
Valor do Patrimônio Líquido do Banco BVA em 30 de junho de 2003	R\$ 112.052.000,00
Valor Patrimonial das Ações do Banco BVA em 30 de junho de 2003	R\$ 1,5730301
Valor da Garantia	R\$ 62.500.000,00
Valor de Garantia sobre o Volume de Emissão	125 %

## **II.6.Subscrição**

### **II.6.1.Prazo de Subscrição**

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública.

### **II.6.2.Preço de Subscrição**

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração, apropriada desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com o itens II.2 e II.3 desta Assembleia.

### **II.6.3.Forma de Subscrição e Integralização**

As Debêntures desta Emissão serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos administrado pela ANDIMA/CETIP. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos após totalmente integralizadas.

### **II.6.4.Direito de Preferência**

Não haverá direito de preferência na subscrição das debêntures.

### **II.7.Condições de Pagamento**



### **II.7.1.Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures; (ii) na sede da Companhia; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

### **II.7.2.Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **II.7.3.Encargos Moratórios e Multa**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a multa não compensatória de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1,0 % (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso, e acrescidos da atualização monetária, se for o caso, e remuneração devida às debêntures nos termos desta Assembléia, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### **II.7.4.Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### **II.8. Vencimento Antecipado**

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, e acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou do Banco BVA S.A.cujo valor global ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia;
- c) intervenção, liquidação ou decretação de falência da Companhia ou do Banco BVA S.A.;



d) falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou do Banco BVA, em razão de inadimplência contratual, cujo valor ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

## **II.9. Comunicações**

### **II.9.1. Publicidade**

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, publicados nos periódicos em que a Companhia efetue suas publicações legais

**II.9.2.** A Companhia se obriga a informar ao Agente Fiduciário quaisquer mudanças nos periódicos, na data de sua deliberação.

### **II.10. Aquisição Facultativa**

A Companhia poderá, a qualquer tempo (mas sempre respeitados os prazos mínimos se houver), adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, e acrescido da remuneração, observado o disposto no § 2º, artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado.

### **II.11. Resgate Antecipado**

As debêntures poderão ser resgatadas, a critério da Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias através de publicação conforme previsto no item 4.8, da Cláusula IV. O resgate poderá ser total ou parcial, neste caso mediante sorteio, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada de forma pro rata temporis até a data do efetivo resgate.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.8.1, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

As debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Companhia.

(c) Delegar poderes ao Conselho de Administração para, nos termos do parágrafo 1º do art. 59 da Lei 6404 de 1976, deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão de Debêntures, bem como decidir sobre (i) a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; (iv) o cancelamento de debêntures não colocadas ou mantidas em Tesouraria, o que se dará mediante declaração do agente fiduciário quanto à inexistência de debêntures em circulação; (v) a proposta, em nome da Companhia à Assembléia de Debenturistas, as alterações que julgar necessárias com relação a Escritura de Emissão.



(d) Autorizar a Diretoria da Companhia a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição e colocação pública das Debêntures, nomear e contratar o Agente Fiduciário para a sua emissão e a tomar junto aos órgãos governamentais, todas as providências necessárias para a efetivação da referida emissão, nos termos das deliberações tomadas nesta Assembléia.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, depois de lavrada a presente ata e aprovada pelos acionistas, foi dada por encerrada a Assembléia Geral.

**ASSINATURAS:** José Augusto Ferreira dos Santos, FW Consultores Associados Ltda, Luiz Antonio Wanderley, Fábio Murilo Costa D'ávila Carvalho, Carlos Henrique Figueiredo. A presente é cópia fiel do original lavrado no livro de "Atas de Assembléias Gerais" da Companhia.

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2004.

**JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS**

Presidente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: BVA EMPREENDIMENTOS S.A.	
Nire: 33.3.0028917-7	
Protocolo: 06-2004/005460-8 - 07/01/2004	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/01/2004 E O REGISTRO SOB	
NÚMERO E DATA ADARZO.	
00001379362	Valéria G. A. Soma
DATA: 08/01/2004	SECRETARIA GERAL


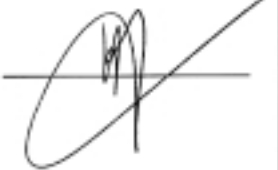



[illegible]

**BVA EMPREENDIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº 04.794.781/0001-94

NIRE Nº 33.3.002.691.77

**LISTA DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS  
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA NO DIA 06 DE JANEIRO DE 2004 ÀS 10:00 HORAS**

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES/ESPÉCIE	ASSINATURAS
<b>José Augusto Ferreira dos Santos</b> , Brasileiro, Casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado nesta Cidade à Rua Zaco Parana, 45 apto. c-01, inscrito no CPF sob o nº 236.183.967-91 e Identidade nº 02.760.289-5 / IFP.	47.748.970 ON 28.649.380 PN	
<b>FW Consultores Associados Ltda</b> , inscrita no CNPJ sob o nº 05.285.942/0001-87, com sede nesta cidade na Av. Rio Branco, nº109 – 13º andar, representada neste ato por seu representante legal, <b>José Augusto Ferreira dos Santos</b> , Brasileiro, Casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado nesta Cidade à Rua Zaco Parana, 45 apto. c-01, inscrito no CPF sob o nº 236.183.967-91 e Identidade nº 02.760.289-5 / IFP.	5.300.000 ON 5.300.00 PN	
<b>Luiz Antonio Wanderley</b> , Brasileiro, Casado, Administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 3084884 – IFP expedida em 27/08/1976, CPF nº 108.158.481-53, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Sambaíba, nº 190/202, Leblon.	9.549.794 PN	
<b>Fábio Murilo Costa D'avila Carvalho</b> , Brasileiro, Casado, Engenheiro de computação, portador da carteira de identidade nº 008.598.149-6 – SSP – RJ – DETRAN expedida em 06/07/2000, CPF nº 905.632.557-49, residente e domiciliado na cidade de Niterói-RJ, na Rua Comendador Queiroz, nº72/401 – Icaraí;	4.774.898 PN	
<b>Carlos Henrique Figueiredo</b> , Brasileiro, Casado, Economista, portador da carteira de identidade nº 04287945-2 – SSP – RJ – IFP expedida em 06/05/1977, CPF nº 676.675.977-15, residente e domiciliado na cidade de Niterói-RJ, na Rua 30, Quadra 134, Lote 8 – Camboinhas.	4.774.898 PN	
<b>TOTAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS:</b>	53.048.970	
<b>TOTAL DE AÇÕES PREFERENCIAIS:</b>	53.048.970	
<b>TOTAL DE AÇÕES:</b>	106.097.940	

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2004

  
JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS - Presidente da Mesa